



## RESOLUÇÃO PÚBLICA DA 52.ª ASSEMBLEIA DO PARTIDO LIVRE

### Preâmbulo

Dada a natureza suprapartidária do cargo de Presidente da República e as competências constitucionalmente reservadas a este órgão de soberania, a decisão de formalizar uma candidatura é eminentemente pessoal. Os órgãos do LIVRE têm entendido que a iniciativa de candidatura deverá partir de cidadãos, embora fomentando debate e reflexão internos sobre que tipo de candidatura servirá melhor o País e sobre as candidaturas que se têm formalizado.

O compromisso do LIVRE para com processos de deliberação partilhados tem implicado um aumento da exigência e do escrutínio de cada processo, por forma a garantir não só o respeito pelos princípios do partido, mas também o seu aperfeiçoamento contínuo, no sentido de um melhor cumprimento dos objetivos políticos definidos e de uma maior confiança nas pessoas e ideias a que se associa. Ao contrário de outros partidos, o LIVRE rejeita a ideia de que as candidaturas presidenciais devam ser emanações das agendas e decisões dos diretórios partidários. Mas, ao contrário de outros ainda, o LIVRE não se demite de tomar posição sobre o ato eleitoral presidencial, sob pena de o minorizar, escolhendo assim assumir as suas responsabilidades, tanto ao nível da sua direção política, como através da participação decisiva das bases do partido — aliás, em linha consistente com o que já fizemos nas passadas eleições presidenciais.

Efetivamente, a 10 de Junho de 2020, a 47.ª Assembleia do LIVRE iniciou o debate interno sobre as Eleições Presidenciais de 2021, tendo sido deliberada a consulta a Membros e Apoiantes, tal como já havia sido feito para as eleições de 2016. Em articulação e sob proposta do Grupo de Contacto, foi aprovada pela 51.ª Assembleia a forma de execução dessa mesma consulta (nomeadamente, a formulação das questões a ser colocadas, realização de Plenário para debate e esclarecimento de dúvidas e calendarização do processo). Hoje, dia 20 de Setembro de 2020, a Assembleia do LIVRE, devidamente convocada para reunir pela 52.ª vez, tomou conhecimento dos resultados da consulta levada a cabo durante os dias 18 e 19 de setembro, conforme havia deliberado, e na qual 88,93% dos que participaram responderam “Ana Gomes”, 9,88% responderam “Marisa Matias”, e 1,88% responderam outros nomes.

Face a estes resultados, a Assembleia deliberou a seguinte **Resolução**:

As eleições presidenciais são sempre momentos fulcrais em democracia, mas o ato eleitoral que terá lugar em janeiro de 2021 vai, não só determinar a forma como será conduzida a vida do país nos próximos cinco anos, mas também influenciar de forma decisiva o resultado dos atos eleitorais que sucedem: autárquicas, europeias e legislativas. O combate ao agravamento crescente das crises sanitária, política, económica, social e ecológica depende da construção diária de uma democracia forte e saudável, que defenda os princípios democráticos da Constituição da República Portuguesa e garanta o respeito pela Carta Europeia dos Direitos Humanos e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A pandemia da COVID-19 veio colocar em maior relevo os limites dos modelos sociais e económicos vigentes face ao esgotamento dos recursos do planeta, em particular da degradação da biodiversidade. As profundas desigualdades sociais fragilizam a capacidade de a nossa sociedade dar resposta a todos estes problemas, sobretudo sabendo que a crise climática e ambiental trará consequências cada vez mais difíceis de gerir.

Numa altura em que precisamos de inclusão, solidariedade, colaboração, e confiança - uns nos outros, nas instituições democráticas, na comunidade científica e na nossa capacidade coletiva de enfrentar problemas - as lacunas da democracia atual evidenciam-se: sem o combate específico às causas das desigualdades sócio-territoriais e de rendimentos, sem uma melhoria substantiva dos processos democráticos e sem decisão política com base em conhecimento científico, estamos a criar as condições ideais para a ascensão de grupos de extrema-direita, de ideologia fascista e de ataques diretos aos alicerces da democracia.

Neste cenário, a pandemia evidenciou a insuficiência e limitações do mandato do Presidente da República atual e o perigo que representa a ausência do uso da palavra e da influência políticas quando as vulnerabilidades da democracia ficam mais expostas. O Presidente tem sido complacente, passivo e conservador. Quando se exige o alargamento dos debates estratégicos e estruturais sobre a transformação do sistema económico e no combate à crise climática e às desigualdades sociais, temos a gestão da *espuma dos dias*; quando se exige firmeza para com a extrema-direita, temos a subvalorização da sua ascensão; quando se exige distância e objetividade face ao governo, temos confusão e colagem. Finalmente, quando se exige um Presidente que articule uma visão de progresso social, que represente a maioria política que em Portugal é de esquerda, temos um Presidente que, sendo um democrata, não é um progressista.

Já no IX Congresso do LIVRE, os membros do partido aprovaram uma moção estratégica que enquadrava assim a atitude a tomar pelo partido nas próximas eleições presidenciais:

«Apoiaremos uma candidatura à presidência da República que dê prioridade aos princípios do nosso partido, assente nos quatro pilares das liberdades e direitos cívicos; da igualdade e da justiça social; do aprofundamento da democracia em Portugal e da construção de uma democracia europeia; bem como - e é importante salientar isto - da ecologia, da sustentabilidade e da solidariedade intergeracional. Acreditamos num Portugal universalista e só apoiaremos uma candidatura que acredite, como nós, que os Direitos Humanos são a base para um futuro melhor para todos e uma bitola na ação portuguesa na ordem internacional, que recuse a mercantilização do humano e que acredite que é através do eco-socialismo que o verdadeiro desenvolvimento existe. Cientes da necessidade da defesa do Estado Social como garante da Igualdade e Equidade, só apoiaremos uma candidatura que tenha na sua defesa um dos pilares fundamentais bem como na defesa do Conhecimento, da Educação e da Cultura como motores de desenvolvimento humano e nacional.»

Assim, tal como salientado pela recomendação do Grupo de Contacto do passado dia 15 de setembro, o LIVRE considera que a área política da esquerda não pode deixar de ter uma voz forte nestas eleições presidenciais, e que, dado o impacto das candidaturas



da extrema-direita e centro-direita, é urgente apoiar Ana Gomes, por ser uma candidata que entende a política como uma força pela construção do bem-comum.

Ana Gomes tem mostrado que será uma Presidente livre, dialogante e firme. Este é um posicionamento fundamental em vésperas de Portugal assumir a Presidência do Conselho da União Europeia e de beneficiar de um Pacote de Recuperação Económica. Os debates sobre o modelo de desenvolvimento do país, sobre a descarbonização e transição energética da economia e ainda sobre o reforço do estado social devem ser realizados ouvindo todos os quadrantes da sociedade portuguesa de forma a criar uma ampla base social de apoio sobre estes compromissos políticos. Só assim garantimos a legitimidade das decisões tomadas e trabalhamos pela coesão social. Só assim construímos verdadeira estabilidade política, essencial ao período incerto em que vivemos.

Ana Gomes será também uma Presidente decisiva para o necessário aumento de confiança nas instituições do país e da União Europeia. Os combates contra a corrupção e contra a evasão fiscal dependem de uma maior transparência e escrutínio dos processos de eleição e decisão dos representantes políticos de qualquer escala governativa, incluindo a regional. Adicionalmente, uma Presidente conhecedora, mas principalmente respeitadora e zeladora das normas Constitucionais e dos compromissos assumidos pelo país na Europa e no mundo estará também em boa posição para as afirmar no exercício dos seus poderes perante a emergência de ameaças autoritárias, sejam elas internas ou resultado de conflitos externos, como aqueles em que Ana Gomes fez História a gerir, em Timor e na Etiópia.

O partido LIVRE endossa a candidatura de Ana Gomes e os princípios que a candidata representa, apelando à mobilização em torno de uma campanha plural e aberta. O LIVRE assume a sua responsabilidade perante a democracia com uma posição clara de apoio à candidata que melhor garante uma Presidência progressista, ecológica e humanista a Portugal.

No respeito pela natureza das eleições presidenciais e pela liberdade de participação de todos os cidadãos, incluindo os seus membros e apoiantes, na próxima campanha eleitoral presidencial, o LIVRE reafirma o seu compromisso com a importância deste combate eleitoral e o empenho em influenciar o debate que o acompanha. Em particular, o LIVRE lutará para que seja dada centralidade às questões da ecologia, para lá de todas as que nos unem à candidatura de Ana Gomes, no debate dos próximos meses, por estarmos convictos de que elas são essenciais à resposta aos grandes desafios que o nosso tempo enfrenta, da crise pandémica à recuperação social e económica. Apelamos a todos os cidadãos que se revêem nos valores do LIVRE a que tragam essas causas para as próximas eleições presidenciais, pois é delas que depende o nosso futuro comum.